

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.387 - AL (2019/0359755-2)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : **MARCELO BISPO DOS SANTOS (PRESO)**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Marcelo Bispo dos Santos** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Alagoas no HC n. 0803354-08.2019.8.02.0000, o qual manteve a prisão preventiva decretada nos Autos n. 0700266-65.2019.8.02.0060, da Vara Única da comarca de Feira Grande/AL.

Alega-se, em suma, que não há fundamentação idônea a amparar o decreto de prisão preventiva e que, no caso, faz-se possível a substituição da custódia por medidas cautelares diversas.

Requer-se a imediata expedição de ordem liberatória em favor do recorrente.

Contrarrazões às fls. 148/150.

É o relatório.

Aparentemente, ausente o *fumus boni iuris*.

Conforme o Tribunal local, a prisão preventiva está fundamentada no risco concreto de reiteração delitiva. Consta da decisão que apreciou o pedido de liberdade em primeiro grau que há *probabilidade de que o acusado, caso posto em liberdade, volte a delinquir, tendo em vista o extenso histórico de processos criminais em seu nome, tornando a prática delituosa, aparentemente, um meio de vida* (fl. 82).

Destacou, ainda, o Magistrado que *o denunciado descumpriu medidas cautelares aplicadas no bojo do processo de nº 0000025-06.2017.8.02.0060, às fls. 31/33, onde ficou ciente de que o descumprimento das medidas ensejariam à decretação da prisão preventiva. Porém, [...] o denunciado não compareceu uma única vez para informar e justificar suas atividades, estando em liberdade desde Janeiro de 2017* (fl. 82).

Superior Tribunal de Justiça

Nesta Corte Superior, há a compreensão de que *o histórico criminal do agente, a revelar fundado receio de reiteração na prática criminosa, autoriza, por si só, o decreto de prisão preventiva como forma de garantir a ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal* (HC n. 327.626/SP, da minha relatoria, Sexta Turma, DJe 25/11/2015).

Indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo *a quo* a respeito do andamento do processo, inclusive do incidente de sanidade mental instaurado, e da atual situação do recorrente.

Depois de juntadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator